

ONU investigará grupos de extermínio no Brasil

Relatório do governo federal admite a ação dos esquadrões da morte em 15 estados e reconhece impunidade

Rodrigo França Taves

Enviado especial

● SANTO ANTÔNIO DE JESUS, Bahia. A Organização das Nações Unidas (ONU) vai mandar ao Brasil na próxima semana uma relatora especial para investigar a ação de grupos de extermínio. O secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, informou que o governo vai entregar à relatora um documento oficial admitindo a existência dos esquadrões da morte em pelo menos 15 estados. O relatório reconhecerá que reina a impunidade no país: os governos estaduais não investigam as execuções sumárias devido ao envolvimento nesses crimes de oficiais das Polícias Militares, delegados e autoridades.

— A ONU vai exigir que o Estado brasileiro atue, e o Brasil terá pela primeira vez a consciência de que esse é um problema nacional, que apodrece os aparelhos policiais e instala a barbárie. É notória a dificuldade dos estados para investigar — afirma Nilmário.

A relatora da ONU, a paquistanesa Asma Jahangier, vai conhecer cemitérios clandestinos, conversar com sobreviventes e testemunhas (alguns estarão encapuzados para não serem identificados por policiais) e ouvir muitos relatos de parentes das vítimas. A relatora conhecerá, por exemplo, a história da família do motorista de caminhão Paulo Luís Rosa, de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, que começou a lutar para que se investigasse os PMs acusados de seqüestrar e sumir com seu filho e dias depois deparou-se com um crânio na porta de casa.

— A própria Polícia Militar foi até lá, recolheu o crânio e ele nunca mais apareceu. Nem chegou à delegacia para exames. A certeza da impunidade provoca esse tipo de deboche — diz Maria Eliane Menezes de Farias, procuradora federal dos Direitos do Cidadão.

Abin investiga ação das polícias

● A relatora da ONU vai inspecionar seis estados e o Rio será o último deles, entre os dias 3 e 6 de outubro. Os casos mais conhecidos de execuções sumárias no estado são considerados emblemáticos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos: as chacinas da Candelária e de Vigário Geral. O relatório do governo vai reconhecer a existência de vários grupos de extermínio em atividade no Rio e na Baixada Fluminense e vai informar que 95% das execuções no estado não são nem investigadas.

— A impunidade dos grupos de extermínio é a prova mais cabal da necessidade de federalizar os crimes contra os direitos humanos. O Brasil já foi condenado 13 vezes na Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas 98% dos crimes ocorrem no âmbito dos estados — afirma Nilmário, defendendo projeto que tramita no Congresso.

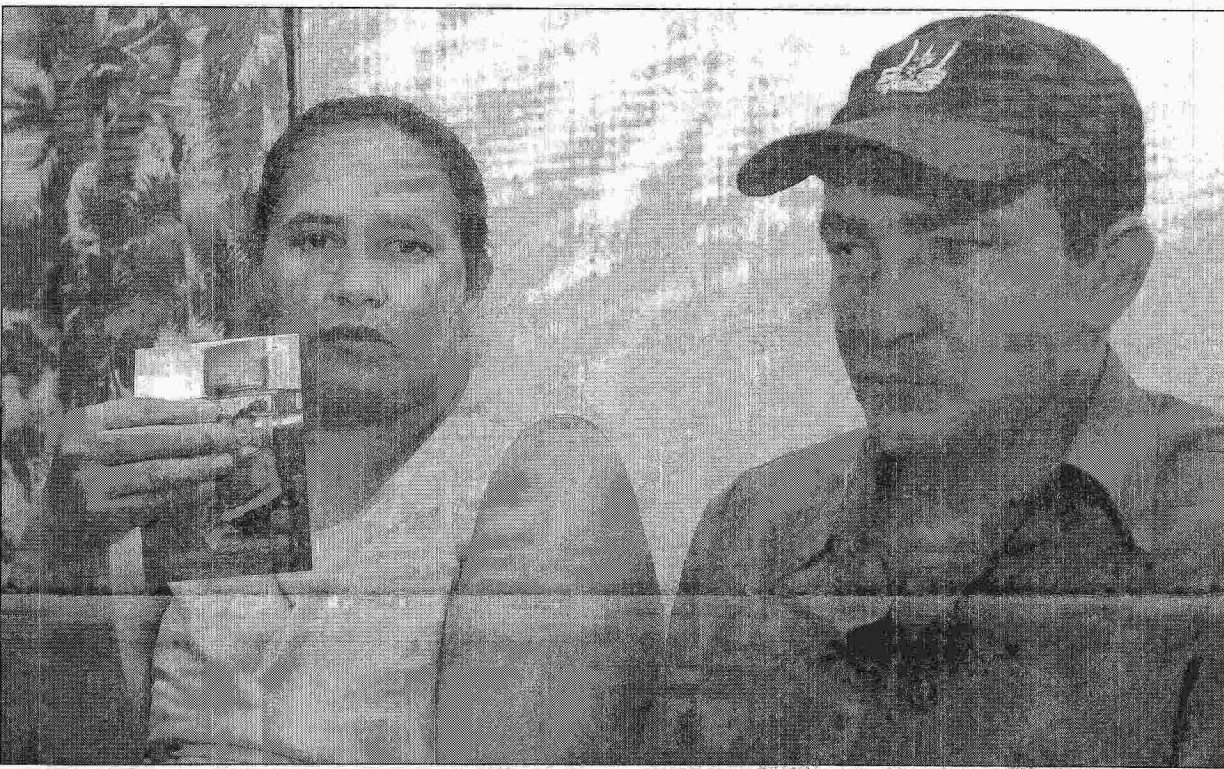
O secretário informou ter encomendado à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) uma investigação sobre o envolvimento das cúpulas da Polícia Civil ou das Polícia Militar de cada estado com os esquadrões da morte. As investigações ainda estão em curso.

Na Bahia, primeiro estado a ser inspecionado pela relatora, cerca de 30% dos homicídios dos últimos três anos foram cometidos por grupos de extermínio, segundo o Conselho Estadual de Direitos Humanos. O Conselho de Defesa da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, vai sugerir que as verbas do Plano Nacional de Segurança só sejam repassadas aos estados que tomarem medidas para combater esse tipo de crime.

Asma Jahangier será apresentada a Ricardo, um rapaz de 17 anos que em 2002 foi levado para um lugar ermo e levou sete tiros de policiais militares, depois de ser acusado de pequenos furtos no bairro de Periperi, em Salvador. O colega dele foi as-



PEDRO, uma das vítimas que sobreviveu à ação do grupo de extermínio de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, será entrevistado por relatora da ONU



FRANCISCA E PAULO LUÍS ROSA mostram a foto do filho que teria sido seqüestrado e morto por PMs: dias depois de insistirem para que o caso fosse investigado, receberam um crânio na porta de casa

Fotos de Givaldo Barbosa